



SENADO FEDERAL
Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)

Data da reunião: 16/02/2016

Presidente: Senador Romário

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p>PLS 282/2015</p> <p>Ementa: Altera as Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e 9.766, de 18 de dezembro de 1998, para dispor sobre a distribuição nacional dos recursos do salário-educação.</p> <p>Autoria: Senador Raimundo Lira</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senadora Fátima Bezerra	Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. [relatório]	<p>O PLS pretende fazer com que, do montante arrecadado de salário-educação, depois de deduzido 1% (um por cento) em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), 2/3 sejam distribuídos aos Estados e Municípios, de modo proporcional ao número de matrículas da educação básica nas respectivas redes públicas de ensino, conforme o censo escolar mais atualizado realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. A proposta contempla, ainda, a previsão de que 1/3 do montante total dos recursos, após a dedução de 1% mencionada anteriormente, deverá ser destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para aplicação em programas, projetos e ações voltados para o cumprimento da Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.</p> <p>As emendas apresentadas estipulam regras de transição, redistribuem os recursos e determinam que a parcela que couber à União deverá ser destinada ao FNDE para aplicação em programas, projetos e ações voltados ao desenvolvimento e à manutenção da educação básica, de forma a propiciar a redução dos desníveis sócio-educacionais existentes entre Municípios, Estados e Distrito Federal.</p> <p>1- Em 08/12/2015, foi concedida vista ao Senador Antonio Anastasia. 2- A matéria constou da pauta da Reunião de 15/12/2015. 3- Em 16/12/2015, foi apresentado pelo Senador Antonio Anastasia Requerimento para a realização de Audiência Pública de instrução da matéria. (Item 20) 4- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.</p>

Data da reunião: 16/02/2016

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	<p>PLS 312/2015</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para determinar a participação do Conselho Federal de Medicina nas avaliações dos cursos de Medicina.</p> <p>Autoria: Senador Cássio Cunha Lima</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Donizeti Nogueira	<p>Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.</p> <p>[relatório]</p>	<p>Determina que os cursos de medicina previstos no art. 9º da Lei 12.871/2013, oriunda da MP que instituiu o programa Mais Médicos, sejam supervisionados pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).</p> <p>O parecer reformulado oferece emenda substitutiva, determinando que o INEP seja responsável pela implementação das avaliações do curso de medicina, facultando ao CFM a participação como observador.</p> <p>1- Em 01/12/2015, foi concedida vista ao Senador Antonio Anastasia. 2- Em 08/12/2015, foi apresentado Voto em Separado pelo Senador Antonio Anastasia, favorável ao Projeto (pendente de leitura). 3- A matéria constou da pauta das Reuniões de 08/12/2015 e 15/12/2015. 4- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.</p>
3	<p>PLS 426/2015</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1994, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a aplicação de teste vocacional no ensino médio, e dispõe sobre a oferta gratuita de cursos preparatórios para o ensino superior aos estudantes de ensino médio da rede pública de ensino.</p> <p>Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Donizeti Nogueira	<p>Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.</p> <p>[relatório]</p>	<p>O projeto busca instituir a aplicação de teste vocacional no ensino médio e obrigar as redes públicas a oferecerem aos alunos dessa etapa da educação básica cursos preparatórios para os exames seletivos de acesso à educação superior.</p> <p>O substitutivo exclui a oferta de programas preparatórios para os exames de acesso à educação superior, por entender que não é medida harmônica com a LDB e que implicaria a criação de uma despesa continuada significativa para Estados e Distrito Federal. Além disso, reformula a oferta de teste vocacional como serviço de orientação profissional, a ser oferecido também na conclusão do ensino fundamental.</p> <p>A matéria constou da pauta das Reuniões de 08/12/2015 e 15/12/2015.</p>
4	<p>PLS 657/2015</p> <p>Ementa: Institui o Dia Nacional do Combate ao Preconceito às Pessoas com Nanismo.</p> <p>Autoria: Senador Romário</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Ronaldo Caiado	<p>Pela aprovação do Projeto.</p> <p>[relatório]</p>	<p>Institui celebração anual do Dia Nacional do Combate ao Preconceito às Pessoas com Nanismo, no dia 25 de outubro, data coincidente com dia internacional alusivo a essa celebração.</p> <p>1- Em 30/09/2015, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria. 2- A matéria constou da pauta das Reuniões de 24/11/2015, 01/12/2015, 08/12/2015 e 15/12/2015.</p>
5	<p>PLC 146/2015</p> <p>Ementa: Institui o Dia Nacional de Combate à Sífilis e à Sífilis Congênita.</p> <p>Autoria: Deputado Chico D'Angelo</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Ronaldo Caiado	<p>Favorável ao Projeto.</p> <p>[relatório]</p>	<p>O projeto institui o Dia Nacional de Combate à Sífilis e à Sífilis Congênita, que acontecerá no terceiro sábado do mês de outubro.</p> <p>A matéria constou da pauta das Reuniões de 08/12/2015 e 15/12/2015.</p>

Data da reunião: 16/02/2016

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
6	<p>PLS 184/2014 Ementa: Inscreve o nome de Francisco José do Nascimento no Livro dos Heróis da Pátria. Autoria: Senador José Pimentel [tramitação]</p> <p>PLS 187/2014 Ementa: Inscreve o nome de Francisco José do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar, no Livro dos Heróis da Pátria. Autoria: Senador Inácio Arruda [tramitação]</p> <p>Terminativos</p>	Senador Eduardo Amorim	<p>Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2014, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2014, e de uma emenda que apresenta.</p> <p>[relatório]</p>	<p>Os projetos propõem a inscrição do nome de Francisco José do Nascimento no Livro dos Heróis da Pátria. A emenda inclui o nome pelo qual ficou nacionalmente conhecido Francisco José do Nascimento: Dragão do Mar.</p> <p>1- Serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2014, e outra para a emenda. 2- A votação do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2014, com relatório pela recomendação de declaração de prejudicialidade, será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015. 3- Em 24/11/2015, foi lido o Relatório. 4- Em 08/12/2015, foi encerrada a discussão e adiada a votação.</p>
7	<p>PLS 263/2014 Ementa: Institui o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado no dia 12 de abril. Autoria: Senador Paulo Davim [tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Paulo Paim	<p>Pela aprovação do Projeto.</p> <p>[relatório]</p>	<p>Institui o Dia de Enfrentamento à Psicofobia, a ser comemorado em 12 de abril de cada ano.</p> <p>1- Em 11/12/2014, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria. 2- Em 08/07/2015, foi lido o Relatório. 3- Em 08/12/2015, foi encerrada a discussão e adiada a votação.</p>
8	<p>PLS 109/2013 Ementa: Determina a disponibilidade de tablets para o uso individual dos estudantes das escolas públicas de educação básica, até 2023. Autoria: Senador Cícero Lucena [tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Alvaro Dias	<p>Pela rejeição do Projeto.</p> <p>[relatório]</p>	<p>O projeto determina que, até 2023, todos os alunos da rede pública de ensino, a partir do sexto ano e até o fim do ensino médio, recebam tablets ou tecnologia que os substitua, sendo que 50% destes devem ser atendidos até o início de 2018. Trata também da capacitação de professores e demais profissionais de educação para a utilização pedagógica do dispositivo.</p> <p>O parecer entende pela rejeição do projeto uma vez que há programa vigente, o Programa Um Computador por Aluno (PROUCA) com conteúdo semelhante ao da proposição, ainda sem avaliação de resultados.</p> <p>Em 01/12/2015, foi lido o Relatório, encerrada a discussão e adiada a votação.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
9	<p>PLS 692/2015</p> <p>Ementa: Denomina "Rodovia Governador Ronaldo Cunha Lima" o trecho da BR 104 compreendido no Estado da Paraíba.</p> <p>Autoria: Senador Cássio Cunha Lima</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	<p>Senador Antonio Anastasia</p>	<p>Pela aprovação do Projeto.</p> <p>[relatório]</p>	<p>O projeto denomina Rodovia Governador Ronaldo Cunha Lima todo o trecho da BR 104 que corta o Estado da Paraíba, desde o acesso a Nova Floresta, no km 0, até a divisa com o Estado de Pernambuco, no km 198,8.</p> <p>Em 08/12/2015, foi lido o Relatório, encerrada a discussão e adiada a votação.</p>
10	<p>PLS 523/2015</p> <p>Ementa: Inscreve o nome de Tobias Barreto de Menezes no Livro dos Heróis da Pátria.</p> <p>Autoria: Senador Eduardo Amorim</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	<p>Senador Ricardo Franco</p>	<p>Pela aprovação do Projeto.</p> <p>[relatório]</p>	<p>Propõe a inserção de Tobias Barreto de Menezes, filósofo, jurista, poeta e crítico, no Livro dos Heróis da Pátria.</p> <p>Em 08/12/2015, foi lido o Relatório, encerrada a discussão e adiada a votação.</p>
11	<p>PLS 539/2015</p> <p>Ementa: Confere ao Município de Parintins, no Estado do Amazonas, o título de Capital Nacional do Boi Bumbá.</p> <p>Autoria: Senador Omar Aziz</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	<p>Senadora Sandra Braga</p> <p>Relatoria <i>ad hoc</i>: Senadora Simone Tebet</p>	<p>Pela aprovação do Projeto.</p> <p>[relatório]</p>	<p>O projeto confere ao Município de Parintins, no Estado do Amazonas, o título de Capital Nacional do Boi Bumbá.</p> <p>Em 08/12/2015, foi lido o Relatório, encerrada a discussão e adiada a votação.</p>
12	<p>PLS 10/2012</p> <p>Ementa: Insere parágrafo no art. 15 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para regular a extinção de unidades escolares da educação básica públicas e o destino de seu patrimônio.</p> <p>Autoria: Senador Vital do Rêgo</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	<p>Senador Douglas Cintra</p>	<p>Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.</p> <p>[relatório]</p>	<p>O projeto insere parágrafo único ao art. 15 da Lei 9.394/1996, determinando que as unidades escolares públicas de educação básica somente poderiam ser extintas ou sofrer reestruturação de sua oferta de escolarização mediante aprovação do conselho de educação do respectivo sistema, sem prejuízo para a continuidade dos estudos de seus alunos. Ainda, deve ser observada a destinação total da receita da venda ou aluguel de seu prédio ao órgão responsável pela educação, para manutenção e desenvolvimento do ensino público.</p> <p>O substitutivo apresentado realiza ajustes de técnica legislativa bem como propõe que a gestão patrimonial dos estabelecimentos ouça a comunidade afetada pela administração escolar, e não só o conselho de ensino, com o objetivo de não vincular completamente a atuação do gestor à decisão deste conselho.</p> <p>1- Se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.</p> <p>2- A matéria constou da pauta das Reuniões de 01/12/2015, 08/12/2015 e 15/12/2015.</p>

Data da reunião: 16/02/2016

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
13	<p>PLS 281/2014</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, para incluir a previsão de apresentação mensal de ações culturais dos pontos e pontões de cultura nas escolas da rede pública.</p> <p>Autoria: Senador Fleury</p> <p>[tramitação]</p> <p>PLS 381/2014</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, para incluir a previsão de apresentação mensal de ações culturais dos pontos e pontões de cultura nas escolas da rede pública.</p> <p>Autoria: Senador Wilder Moraes</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativos</p>	Senador Roberto Rocha	<p>Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2014, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2014.</p> <p>[relatório]</p>	<p>Tanto o PLS 281/2014 quanto o PLS 381/2014 alteram a Lei 13.018/2014, que instituiu a Política Nacional de Cultura Viva, incluindo nas escolas públicas a apresentação mensal de ações culturais dos pontos e pontões de cultura.</p> <p>O parecer destaca que a Lei 13.018/2014 depende de regulamentação para sua aplicação. Ressalta também que a disposição sobre o funcionamento de um programa do governo é matéria eminentemente administrativa, competência privativa do Presidente da República. Por fim, observa que o projeto contém sobreposição de níveis de educação e ensino. Assim, é apresentado substitutivo determinando faculdade de parceria entre os pontos e pontões de cultura e as entidades de pesquisa e extensão, escolas e instituições da rede de educação, prestigiando as instituições quando as ações forem compatíveis com o calendário e plano pedagógico das escolas.</p> <p>1- Se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.</p> <p>2- A votação do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2014, com relatório pela recomendação de declaração de prejudicialidade, será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.</p> <p>3- A matéria constou da pauta das Reuniões de 01/12/2015, 08/12/2015 e 15/12/2015.</p>
14	<p>PLS 204/2013</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre a inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).</p> <p>Autoria: Senador Cristovam Buarque</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador José Agripino	<p>Favorável ao Projeto.</p> <p>[relatório]</p>	<p>O projeto pretende que, em cada moradia do PMCMV, sejam entregues os seguintes itens: equipamento de informática (microcomputador) com softwares instalados, incluindo o acesso à banda larga de internet; e biblioteca do grupo familiar, composto de vinte títulos de humanidades, especialmente de literatura, e obras de referência, selecionados, alternativamente, pelo Plano Municipal do Livro e da Leitura (PELL) ou pelo Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL).</p> <p>1- A matéria constou da pauta da Reunião de 15/12/2015.</p> <p>2- Em 15/12/2015, foi apresentado pela Senadora Regina Sousa Requerimento para a realização de Audiência Pública de instrução da matéria. (Item 19)</p> <p>3- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
15	<p>PLC 163/2015</p> <p>Ementa: Denomina Viaduto Pioneiro Manoel Revaldaves da Silva o viaduto construído no km 172,5 da rodovia BR-376 entre as avenidas Colombo e Sabiá, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.</p> <p>Autoria: Deputado Edmar Arruda</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Alvaro Dias	<p>Favorável ao Projeto.</p> <p>[relatório]</p>	<p>Propõe seja denominado Pioneiro Manoel Revaldaves da Silva o viaduto construído no km 172,5 da rodovia BR-376, entre as avenidas Colombo e Sabiá, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.</p> <p>A matéria constou da pauta das Reuniões de 08/12/2015 e 15/12/2015.</p>
16	<p>PLC 157/2015</p> <p>Ementa: Denomina Viaduto Elizete Aparecida Romangnoli Piveta Assunção o viaduto construído na rodovia BR-376, no km 183,7, cruzamento com a Avenida Colombo, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.</p> <p>Autoria: Deputado Edmar Arruda</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Alvaro Dias	<p>Favorável ao Projeto.</p> <p>[relatório]</p>	<p>Propõe seja denominado Elizete Aparecida Romangnoli Piveta Assunção o viaduto construído na rodovia BR-376, no km 183,7, cruzamento com a Avenida Colombo, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.</p> <p>A matéria constou da pauta das Reuniões de 08/12/2015 e 15/12/2015.</p>
17	<p>PLC 89/2015</p> <p>Ementa: Confere ao Município de Orlandia, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Futsal.</p> <p>Autoria: Deputado Pr. Marco Feliciano</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senadora Marta Suplicy	<p>Favorável ao Projeto.</p> <p>[relatório]</p>	<p>O projeto confere ao Município de Orlandia, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Futsal.</p> <p>A matéria constou da pauta da Reunião de 15/12/2015.</p>

Item	Identificação da matéria
18	<p>RCE (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO) 141/2015</p> <p>Ementa: Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal (CF), e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para tratar acerca do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2015, de autoria do Senador Gladson Cameli, que altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, para tornar obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol, com os seguintes convidados: Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF; e Carlos César Ramos Custódio, presidente da Associação Brasileira de Treinadores de Futebol – ABTF.</p> <p>Autoria: Senador Romário</p>
19	<p>RCE (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO) 146/2015</p> <p>Ementa: Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 204/2013, que altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre a inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério da Educação; 2. Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 3. Representante do Ministério da Cultura; 4. Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia.</p> <p>Autoria: Senadora Regina Sousa</p>
20	<p>RCE (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO) 147/2015</p> <p>Ementa: Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para discutir o PLS nº 282 de 2015, que altera as Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e 9.766, de 18 de dezembro de 1998, para dispor sobre a distribuição nacional dos recursos do salário-educação. A presente proposição tem a mais alta relevância tendo em vista que pretende alterar a forma de distribuição dos recursos entre os entes federativos, razão pela qual é indispensável o debate com os secretários estaduais de educação e de planejamento. Solicito, assim, sejam convidados para participar da presente Audiência Pública um representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, um representante do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração – CONSAD e um representante do Ministério da Educação – MEC.</p> <p>Autoria: Senador Antonio Anastasia</p>
21	<p>RCE (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO) 1/2016</p> <p>Ementa: Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro que seja realizada, no âmbito desta Comissão de Educação, uma Audiência Pública para tratar da Base Nacional Comum Curricular a fim de aprofundar o debate sobre o tema, e sugerimos que sejam convidados o Presidente do Instituto Alfa e Beto – IAB, Dr. João Batista Araujo e Oliveira, e a senhora Ilona Becskeházy, Mestre em Educação pela PUC-Rio e Doutoranda em Educação pela USP.</p> <p>Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho</p>
22	<p>RCE (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO) 2/2016</p> <p>Ementa: Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 24, de 2015, aprovado em 14 de abril de 2015, que tratou de audiência pública para instruir o PLC nº 37, de 2013, que “dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de droga e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas”, a substituição de Clarice Salete Traversini, em razão de a convidada não mais ocupar a Diretora de Currículos e Educação Integral, pelo seguinte convidado: 1) Ítalo Modesto Dutra – Diretor de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.</p> <p>Autoria: Senador Lasier Martins</p>

Item	Identificação da matéria
23	RCE (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO) 3/2016 Ementa: Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, para tratar do tema "Currículo Pediátrico Global". Os convidados serão informados oportunamente. Autoria: Senador Cristovam Buarque
24	RCE (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO) 4/2016 Ementa: Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aprovação do evento destinado a comemorar e sensibilizar o público quanto ao dia mundial de doenças raras que é lembrado no dia 28 de fevereiro. O evento ocorrerá no dia 25, no Senado Federal. Autoria: Senador Romário
25	RCE (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO) 5/2016 Ementa: Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aprovação do evento destinado a comemorar e sensibilizar o público quanto ao dia internacional de Síndrome de Down. O evento ocorrerá nos dias 21 e 22 de março, no Senado Federal. Autoria: Senador Romário

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.
Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.